



**O Papel da Educação na Superação da Crise Socioambiental:
uma Reflexão a Partir de Antônio Gramsci**

**The Role of Education in Overrun of the Social and Environmental Crisis:
from a Reflection of Antonio Gramsci**

Luciane Albernaz de Araujo Freitas¹
André Luís Castro de Freitas²

Resumo: É possível compreender que a problemática ambiental possui limites amplos e complexos e deve ser entendida como uma crise socioambiental que perpassa a totalidade das dimensões da sociedade, estando diretamente relacionada com a lógica do modelo civilizatório vigente. A partir desse entendimento, tendo como objetivo caminhar na direção de alternativas que possibilitem a continuidade da vida na terra com padrões socioambientais dignos para a humanidade, sem polarizações entre pobres e ricos, é que se busca, tendo como referencial o materialismo histórico e dialético, sobretudo no pensamento de Antônio Gramsci, evidenciar a importância da educação para a superação do bloco histórico capitalista.

Palavras-chave: Crise socioambiental; Educação; Capitalismo.

Abstract: It is possible to understand that environmental issues have broad and complex limits and must be understood as a socio-environmental crisis running through all dimensions of society, being directly related to the logic of the current civilizational model. Based on this understanding, aiming to move toward alternatives that enable the continuity of life on earth with worthy social and environmental standards for mankind without polarizations between rich and poor, is to search for, referencing the historical and dialectical materialism, especially in the thought of Antonio Gramsci, highlight the importance of education on overcoming capitalist historical bloc.

¹ Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande, FURG. Email: lucianealbernaz@pelotas.ifsul.edu.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, UFPEL na linha de Filosofia e História da Educação. Email: dmtalcf@furg.br

Keywords: Socio environmental crisis; Education; Capitalism.

Considerações iniciais

A sociedade atual traz sobre sua cabeça a espada da insustentabilidade, em virtude da problemática ambiental. Por problemática ambiental Leff (2007, p.61) entende “a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos”.

A agressão ao meio ambiente não é um problema que se desenhou nas últimas décadas, na verdade ele tem como marco, a Revolução Industrial, a partir da qual se teve um crescimento progressivo da utilização dos recursos naturais com vistas à produção de bens. Quando se fala em crise ambiental, não se está remetendo apenas aos aspectos físicos, biológicos e químicos das alterações do meio ambiente que vêm ocorrendo no Planeta. A crise ambiental está para além das questões relacionadas ao meio ambiente. Trata-se de uma crise da civilização contemporânea; podendo ser dimensionada como uma crise de valores.

A expansão do modelo capitalista leva a um crescimento econômico sem limites, que exerce uma pressão muito forte sobre os recursos naturais e a capacidade de suporte da vida da Terra. A natureza é transformada pelos homens por meio de suas atividades, que não possuem uma organização racional, explorando os recursos naturais até sua exaustão, desencadeando catástrofes. O sistema civilizatório em curso ignora os nexos ecológicos, não percebendo a necessidade de reformulação das relações entre a dinâmica socioeconômica e os fenômenos naturais

Faz-se necessário compreender a crise ambiental para além das questões do meio ambiente, percebendo-a como uma crise que perpassa todas as dimensões da sociedade, sendo compreendida como uma crise socioambiental. Desta forma passa-se aqui, a abordar a insustentabilidade articulada ao modelo civilizatório vigente e a importância da educação no processo contra-hegemônico que se faz necessário à superação de tal crise.

Analisar a crise socioambiental como uma crise com tal dimensão requer pensá-la a partir de pressupostos que tenham amplitude e complexidade capazes de possibilitar uma leitura dos momentos e movimentos que constituem o bloco histórico solidamente constituído. Com tal pretensão, mesmo no cenário contemporâneo, onde a academia é invadida pelo movimento intelectual pós-moderno, busca-se nos pressupostos construídos por Antônio Gramsci o aporte teórico-metodológico desse estudo, que se

faz em consonância com os pressupostos da Educação Ambiental Transformadora, a qual investe na necessidade de uma transformação social, sendo necessário para tanto mudanças profundas e radicais no modelo de sociedade em vigor a fim de eliminar os mecanismos responsáveis pela desigualdade e injustiça, como é o caso da exploração econômica, concentração de renda entre tantos outros fatores que acompanham os processos de apropriação privada dos bens materiais.

Dentro desta proposta serão desenvolvidos os itens: *A consolidação do bloco histórico capitalista*; A seguir tem-se o item: *A contra-hegemonia em Gramsci*. Na sequência aborda-se *O papel ético-político da educação*. Por fim, se organizam as considerações sobre os temas abordados.

A consolidação do bloco histórico capitalista

Na passagem do século XIX para o século XX, foram vivenciadas mudanças significativas nas relações materiais de produção, as quais levaram à consolidação da hegemonia burguesa e, assim, à constituição do bloco histórico capitalista.

Tais transformações constituem o foco de análise de Antônio Gramsci. Este desenvolve sua teoria a partir da análise das transformações processadas no mundo no qual estava inserido. Uma dessas análises diz respeito ao complicado momento vivido pelo capitalismo intitulado por ele de “americanismo e fordismo”. Sua análise permite perceber que as modificações na produção material oriundas do fordismo não têm fim em si mesmo. Com vistas a atender a consolidação da lógica da produção material, são estruturadas alterações no complexo superestrutural, abrangendo: a estrutura jurídica e política, (sociedade política) e a estrutura ideológica (sociedade civil).

A análise de Gramsci tem como ponto de partida o método revolucionário proposto por Marx, Engels e Lenin: a “guerra de movimento” a qual tinha como estratégia a tomada do poder, por parte do proletariado por meio da força. Essa lógica fundamentou as ações de Gramsci e dos demais socialistas italianos para enfrentar as difíceis condições vividas pelos trabalhadores durante a Primeira Guerra Mundial. O “chão de fábrica” era considerado o centro do poder da burguesia, motivo pelo qual a ocupação das fábricas foi definida como estratégia de combate. Para realizar tal feito, os trabalhadores se organizaram por meio de comissões internas de fábrica, que tomaram corpo, passando a ser representativas de todos os trabalhadores de uma determinada empresa. Assim, surgiu o “trabalhador coletivo”.

Tal estratégia possibilitou a ocupação de várias empresas na Itália, entre os anos de 1919 e 1920, período que foi denominado de “Biênio Vermelho”. Porém, o avanço do proletariado logo foi sufocado por uma rearticulação da burguesia italiana. Ao se perceber fragilizada pela participação desastrosa na Primeira Guerra Mundial, pela crise econômica que se instaurava e, sobretudo, pela ameaça que a organização dos trabalhadores representava para a burguesia aliada aos grupos fascistas, que tinham o comando de Mussolini, rearticula-se o movimento burguês levando ao fracasso a revolução socialista na Itália.

Dessa maneira, não só o sonho de libertação do proletariado é interrompido, mas o pesadelo do fascismo se instala aterrorizando a todos com sua crueldade. Entre as incontáveis ações indigestas apregoadas pelo violento e brutal autoritarismo do regime de Mussolini, tem-se a prisão de revolucionários socialistas, entre eles, Gramsci. Este acostumado a vivenciar as mazelas da vida sem desistir de seus propósitos, não abandona o sonho de ver acontecer a revolução do proletariado. O fascismo aprisionou seu corpo, mas não foi capaz de conter sua vontade e seu pensamento.

Gramsci dedica-se a analisar, em sua concretude, as causas que levaram a revolução socialista na Itália ao fracasso, com o intuito de formular estratégias capazes de modificá-la a favor das classes subalternas. A partir dessa perspectiva, o pensador sardo entrega-se a um processo de teorização, com vistas à construção de alternativas revolucionárias. Tal estudo lhe permite compreender que a realidade ganhou novos contornos no final do século XIX, passando a organizar-se a partir de um conjunto de dimensões: política, social, cultural - não podendo ser pensada unicamente como decorrente das relações de produção.

Ao compreender a complexidade que envolve a organização da realidade concreta, tem como pressuposto, a influência das dimensões social, cultural, política e as alterações nas relações entre as classes sociais ocasionadas por tal influência, Gramsci amplia seu campo de análise. A esfera política perde sua magnitude, para ser percebida como parte de uma organização maior que traz, em seu bojo, também, as forças ideológicas e culturais.

Esse organismo maior Gramsci denomina de bloco histórico, o qual corresponde a uma situação social concreta, na qual um grupo social, originado de uma atividade econômica, consegue criar um consenso em torno de uma concepção de mundo. A existência de um bloco histórico está condicionada a hegemonia de uma classe sobre o conjunto da sociedade. Isso ocorre quando, pela sua força hegemônica, a classe

dirigente chega a fazer passar os seus próprios interesses pelos interesses do conjunto do corpo social e a sua visão de mundo – que reflete, justifica e legitima o seu domínio – como a visão universal.

O bloco histórico tem como cerne, a relação entre estrutura e superestrutura. A estrutura diz respeito à economia, abrangendo as relações de produção. A superestrutura, por sua vez, está ligada às questões ideológicas e políticas. Estrutura e superestrutura precisam estar ligadas organicamente, compondo o bloco histórico, cujas forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma. A distinção entre forma e conteúdo tem caráter apenas didático, “[...] as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma, e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1995, p. 63).

Gramsci focou seus estudos nas questões superestruturais, alegando que, em relação à estrutura, Marx já havia desenvolvido amplo trabalho. Na teoria gramsciana são duas as esferas constituintes da superestrutura do bloco histórico: a da sociedade política, identificada com o Estado, e a da sociedade civil, a qual abarca a maior parte dos elementos da superestrutura.

A origem do conceito gramsciano de sociedade civil remonta a Hegel, assim como Marx. Os dois pensadores partem da noção hegeliana de sociedade civil para as suas formulações, no entanto, os dois não percorrem o mesmo caminho, dando a esse conceito interpretações diferentes, porém não antagônicas.

Para Gramsci, a sociedade civil constitui-se em uma das dimensões da superestrutura do bloco histórico, definindo-a como a "direção intelectual e moral" de um sistema social, considerado dessa forma como "hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade como conteúdo ético do Estado" (PORTELLI, 1977, p. 20).

Marx, por sua vez, enfoca a sociedade civil como o conjunto das relações econômicas, sendo considerada “como o conjunto da estrutura econômica e social de um período determinado: refere-se à concepção hegeliana, que compreende, na sociedade civil, o complexo das relações econômicas e a formação das classes sociais” (PORTELLI, 1977, p. 20).

A partir do enriquecimento da teoria marxista, Gramsci motiva uma concretização dialética na questão de como a base econômica determina a superestrutura. Sendo assim, Gramsci não nega os princípios básicos do materialismo histórico, nem se contrapõe às formulações de Marx, mas “[...] as enriquece, amplia e

concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico (COUTINHO, 1999, p. 123).

Gramsci (1999) deixa claro que, devido ao momento histórico vivido por Marx, este não pôde perceber, de maneira plena, uma dimensão essencial das relações de poder de uma sociedade capitalista desenvolvida, que são os organismos de participação política, aos quais se adere voluntariamente, sendo, por esse motivo, considerados privados. A esses organismos, Gramsci se refere como "aparelhos privados de hegemonia" ou ainda, sociedade civil.

O grande enriquecimento da noção de Estado realizado por Gramsci está na descoberta dos "aparelhos privados de hegemonia". Em carta a Tatiana Schucht, Gramsci define sua concepção ampliada do Estado:

[...] eu amplio muito a noção de intelectual, não me limitando à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular a um tipo de produção e à economia ou um dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira, exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) (GRAMSCI, 1999, p. 224).

Analisando os registros expostos até o momento, tendo por base a visão ampliada de Estado, citada por Gramsci, pode reafirmar-se que o Estado, em sentido amplo, possui duas esferas: a sociedade política, que é também chamada por Gramsci de "Estado em sentido restrito" ou de Estado-coerção, e a sociedade civil.

Para Macciocchi (1980), a sociedade civil em Gramsci, enquanto "terreno" ou "lugar" da concretização da hegemonia dominante, cerca o homem de todos os lados, na família, na escola, na igreja, na justiça, na cultura e, até mesmo, no sindicato, sem dar trégua, como uma [...] prisão de mil janelas simboliza o reino duma hegemonia, cuja força reside menos na coerção, que no fato de que suas grades são tão mais eficazes quanto menos visíveis se tornam (MACCIOCCHI, 1980, p. 151).

A sociedade civil, como conjunto de organismos comumente ditos "privados", assume um papel de grande relevância, sendo responsável pela produção, difusão e reprodução das ideologias. A ideologia é definida por Gramsci (1995, p. 16) como sendo uma concepção de mundo, difundida em todas as camadas sociais, manifestada

implicitamente na arte, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva, com o objetivo de garantir a hegemonia da classe dominante.

Dessa forma, cada indivíduo, ao identificar-se com uma concepção de mundo, vai manifestá-la em todas as suas atividades. Segundo Gramsci (1995), as ideologias não são abstrações, e sim se revelam reais, não podendo ser compreendidas como arbitrárias, visto que são fatos históricos reais e devem não só ser denunciados, mas também combatidos em sua natureza de instrumentos de domínio, por razões de luta política, isto é, para destruir uma hegemonia e criar outra, como momento necessário da inversão da práxis. Nas mãos da classe dirigente, a ideologia funciona como instrumento de domínio, sendo também "lugar" de inversão da práxis, pois os homens, ao tomarem consciência da sua posição social e, conseqüentemente, de suas tarefas, no terreno das ideologias, percebem sua força e seu dever.

Fica clara, na visão gramsciana, a necessidade que sente cada grupo social fundamental, de elaborar uma ideologia original e difundi-la em todo o corpo social. A ideologia não é difundida de maneira homogênea, sendo mais elaborada nas camadas sociais dirigentes e mais fragmentada entre as culturas populares. Sendo assim, Gramsci distingue diversos graus qualitativos, de acordo com a camada social. A filosofia é tida como o estágio em que a concepção de mundo é mais elaborada, sendo considerada, como afirma Portelli, "a expressão cultural da classe fundamental" (PORTELLI, 1977, p. 24). É nela que se encontra o maior grau de coerência. Utilizando-se do rigor lógico e do espírito sistemático, lança-se mão do conhecimento sobre a história do pensamento para explicar seu desenvolvimento, isto é, as causas e conseqüências de sua evolução.

A filosofia é considerada a referência de qualquer sistema ideológico. Em razão do seu vínculo com a classe dirigente, influencia praticamente as normas de vida de todas as camadas sociais. No seio do bloco ideológico, o papel essencial da filosofia é representado pela influência que exerce sobre as concepções de mundo difundidas no interior das classes auxiliares e subalternas: o senso comum.

O senso comum aparece como o "folclore da filosofia" (GRAMSCI, 1995, p. 143), caracterizado pela "mistura" de diversas ideologias tradicionais e da ideologia da classe dirigente. Situa-se entre a filosofia, que lhe fornece elementos de bom senso, e o folclore, que realiza a sedimentação ideológica.

O senso comum é a visão de mundo mais evidenciada entre as classes subalternas, este traz, em si, representações de mundo desagregadas, resultado da banalização de ideologias de épocas históricas anteriores. Gramsci refere-se ao senso

comum, afirmando que ele "é a filosofia dos não-filósofos, isto é, a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários meios sociais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio" (GRAMSCI, 1995, p. 143). Esses meios sociais acabam por limitar o pensamento original das massas negativamente, "[...] agindo como fermento vital de transformação íntima do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, com relação ao mundo e à vida" (GRAMSCI, 1995, p. 144). As classes subalternas não possuem uma consciência pura, e sim, uma não-consciência, que é reflexo deformado da filosofia elaborada pelas classes dirigentes. Utilizam acriticamente os elementos que o ambiente cultural impõe, reproduzindo a sua submissão, tanto em nível ideológico, quanto político.

Faz-se necessário ressaltar que o senso comum é uma realidade evolutiva e, como tal, torna-se diferenciado em si mesmo, ou seja, não existe apenas um senso comum, e sim uma pluralidade. E cada grupo social organiza seu "senso comum" e seu "bom senso" os quais podem ser compreendidos como a concepção da vida e do homem mais difundida. "O senso comum não é algo rígido e imóvel; ele se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e opiniões filosóficas que penetraram no costume" (GRAMSCI, 1978, p. 178).

Até o presente momento, falou-se em ideologia: "concepção de mundo" espalhada por toda a sociedade. É preciso, pois, compreender como a classe dirigente difunde essa ideologia. Aos meios responsáveis pela difusão e universalização da ideologia, Gramsci chama de "estrutura ideológica". No decorrer de sua obra, ele destaca três instituições que, fazendo parte da "estrutura ideológica", são veículos de difusão da ideologia: a Igreja, que, em outras épocas, teve quase o monopólio do bloco histórico e, hoje, ainda conserva uma boa parte desse domínio pela sua presença ramificada em toda sociedade; a escola, que, independentemente de estar vinculada ao Estado ou à iniciativa privada, forma o segundo conjunto da sociedade civil, como instituição a qual atinge quase a totalidade das crianças e jovens, transmitindo-lhes uma determinada concepção de mundo; a imprensa e os meios de comunicação de massa, não menos importantes, que, na visão de Gramsci, constituem a mais dinâmica instituição da sociedade civil. Agregam-se a elas, na contemporaneidade, as redes sociais que, em largo espectro, penetram no cotidiano de grande parte da humanidade.

Mediante essa dinâmica existente entre a ideologia e as instituições, que são veículos daquela, acontece à direção e a dominação de toda a sociedade pela classe hegemônica. A direção ideológica torna-se base de sustentação para a legitimação do

status quo, passando os grupos subalternos a aceitar e legitimar a concepção de mundo da classe dirigente.

A esfera civil e a esfera política, como exposto anteriormente, exercem funções diferentes na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder. A sociedade civil, mesmo desempenhando papel preponderante, pois engloba o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, necessita da sociedade política, a fim de conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe fundamental.

Definida por Gramsci como a outra esfera da superestrutura, a sociedade política desempenha papel secundário junto ao sistema hegemônico, sendo responsável pelo exercício da coerção, da manutenção da ordem através da força militar e jurídica.

A coerção é utilizada de duas maneiras: a primeira é a habitual, que, lançando mão da coerção "legal", mantém a dominação dos grupos subalternos que entram em contradição com a classe dirigente; a segunda está relacionada ao período de crise, em que a classe dominante perde o controle da sociedade civil e apóia-se na força da sociedade política, a fim de manter a dominação.

A separação das duas esferas da superestrutura – sociedade civil e sociedade política – tem apenas uma conotação teórica. Na realidade, consenso e coerção fazem parte de uma unidade dialética, isto é, ocorre na sociedade uma alternância entre consenso e coerção.

Por um lado, seria ingênuo pensar que um sistema social consiga a adesão espontânea de todos os grupos sociais, podendo a hegemonia manter-se apenas pela sociedade civil. Por outro lado, é notório que um Estado não pode ser mantido pela coerção durante todo o tempo; esta é provisória e é acionada nos momentos em que vem a faltar o consenso, ou em momentos excepcionais, nos quais as classes subalternas acirram a luta contra a classe hegemônica. Percebe-se, assim, que as duas esferas da superestrutura se completam na efetivação da hegemonia. Porém, é importante salientar que, na visão de Gramsci, o modo normal de direção do bloco histórico é a primazia da sociedade civil.

Gramsci (1995) analisa a evolução do bloco histórico, tendo por base o grau de primazia da sociedade civil no seio da superestrutura, isto é, pelo grau de sua hegemonia. Quanto mais a classe dirigente for capaz de manter-se pelo consenso, mais coeso e evoluído se mostra o bloco histórico. Por outro lado, quanto menos expressão tiver a sociedade civil em favor da sociedade política, mais enfraquecido torna-se o

bloco histórico. E o enfraquecimento do bloco histórico pode alcançar dimensões que só permitirão sua manutenção pela coerção (ditadura). Tem-se claro que, em qualquer forma de Estado, existem as duas esferas; porém, o fato de um Estado ser mais hegemônico-consensual, ou mais ditatorial, depende da predominância e autonomia de uma das esferas sobre a outra.

A contra-hegemonia em Gramsci

Até o presente momento, analisou-se o pensamento gramsciano em relação à estrutura do Estado e o modo como a classe dominante, por meio de tal estrutura, mantém-se como classe hegemônica. No entanto, sabe-se que a intenção do pensador italiano não era simplesmente compreender como essa estrutura se estabelece. Ele vai além e se identifica com Marx, quando afirma: "Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo" (MARX; ENGELS, 2007, p. 128). É nesse sentido que Gramsci desenvolve seu pensamento: muito mais que o estudo das formas de manutenção, conservação ou reprodução do poder da classe dominante, estava preocupado em, mediante a interpretação da hegemonia existente, descobrir caminhos para transformar a sociedade capitalista, isto é, elaborar conceitos que orientassem as classes subalternas rumo à tomada de poder, na realização da contra-hegemonia, também chamada de hegemonia do proletariado.

Nessa linha de pensamento, Gramsci acredita que é por meio da revolução intelectual e moral que o homem é conquistado para uma linha política, isto é, para um comportamento prático. Desenvolve seu pensamento revolucionário, tendo, na identificação entre teoria e prática, um dos seus pontos fortes. Em resposta aos filósofos marxistas os quais vêm, na filosofia, o concentrado teórico da política, ele escreve:

Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático disponível para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária, ou que a teoria é realista e racional (GRAMSCI, 1995, p. 51-52).

A filosofia da práxis é o ponto-chave do movimento revolucionário proposto por Gramsci a favor da classe operária. É a partir dessa filosofia, que tem como essência elevar a cultura das massas, fazendo com que estas alcancem uma concepção superior de vida, que será possível alcançar a hegemonia do proletariado.

O conceito de hegemonia, para Gramsci, pode ser visto sob os mais diversos ângulos, ao referir-se a diferentes conquistas de poder em distintos momentos históricos. Entre essas conquistas, está a do novo Estado Proletário, na qual a hegemonia prepara as condições que determinarão o desaparecimento do Estado e o surgimento da “sociedade regulada”.

Fixando o olhar no surgimento de uma sociedade regulada, é necessário compreender como a hegemonia do proletariado se instala no seio da sociedade civil. Para tal, não se pode deixar de focar a problemática da "vontade", que faz parte das reflexões gramscianas e, estando presente em todas as fases de seu pensamento, desempenha papel importante na evolução de sua teoria.

Numa fase mais inicial de suas reflexões, a "vontade" aparece com traços marcantes de idealismo, sendo colocada radicalmente, em detrimento das determinações objetivas.

Gramsci, em seu texto de 1918, defende a revolução bolchevique, expressando do seguinte modo seu pensamento em relação à "vontade":

O máximo fator da história não são os fatores econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através desses contatos (civilizações) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à vontade deles, até que essa se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser" (GRAMSCI apud COUTINHO, 1999, p. 245).

Gramsci, nesse primeiro momento, deixa claro que a vontade coletiva tudo pode, sendo capaz de dominar, inclusive, a economia. Mais maduro, em suas reflexões nos Cadernos, mesmo atribuindo grande importância à questão da vontade, assume uma postura menos radical, mais mediatizada. Então, situa a vontade como sendo momento constitutivo da filosofia da práxis, atuando como consciência operosa da necessidade política.

Para escapar ao solipsismo - e ao mesmo tempo, às concepções mecanicistas que estão implícitas na concepção do pensamento como atividade receptiva e ordenada – deve-se colocar o problema de uma maneira historicista e, simultaneamente, colocar na base da filosofia a “vontade” (em última instância, a atividade prática ou política), mas uma vontade racional, não-arbitrária, que se realiza à medida que corresponde às necessidades objetivas históricas, isto é, enquanto é a própria história universal no momento da sua atuação progressiva " (GRAMSCI, 1991, p. 33).

Embasado em Hegel, o pensador italiano acredita que as vontades se determinam já no nível dos interesses materiais ou econômicos, dando origem a um processo de associacionismo, que leva à formação de sujeitos coletivos, definidos como "aparelhos de hegemonia". Esses sujeitos coletivos são movidos por uma vontade que ultrapassa os interesses econômicos corporativos, dando lugar a uma consciência ético-política.

A partir do momento em que define como consensual a adesão aos aparelhos de hegemonia, Gramsci está introduzindo uma dimensão contratual no Estado. Dessa forma, amplia o conceito marxista de Estado: enquanto, para Marx e Engels, o Estado é essencialmente coerção, a serviço da classe economicamente dominante, para Gramsci, adquire uma conotação diferente, isto é, uma nova dimensão: a do consenso ou da legitimidade.

Assim, o Estado é fruto de um contrato entre governantes e governados, o que caracteriza a criação de um pacto. Essa dimensão contratual é expressa por Gramsci no conceito de hegemonia. A hegemonia seria o "momento do consenso".

O Estado é formado, por um lado, pela hegemonia/direção/consenso, que seria a sociedade civil, ou seja, os aparelhos privados de hegemonia; e, por outro, pela dominação/ditadura/coerção, que se refere ao Estado em sentido restrito, ou seja, os aparelhos burocráticos e repressivos.

O conceito de hegemonia, em Gramsci, implica um contrato feito na esfera da sociedade civil, o qual dá origem a sujeitos coletivos (sindicatos, partidos, movimentos sociais etc.), isto é, a esfera privada. Por outro lado, faz-se necessária a efetivação de contratos entre governantes e governados, os quais possuem características coercitivas:

Governar com o consentimento dos governados, mas com o consentimento organizado, não genérico e vago, tal qual se afirma no instante das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso, utilizando as associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa particular da classe dirigente (GRAMSCI, 1995, p.45).

É com base nessa ideia que o pensador italiano propõe a “sociedade regulada”, na qual a superação dos antagonismos de classe tornaria finalmente exequível à gestão de um espaço público fundado no diálogo e no consenso dos “indivíduos sociais” (COUTINHO, 1999, p. 252).

A “sociedade regulada”, expressão utilizada por Gramsci para designar o socialismo, tem como base não o fortalecimento do Estado, mas a ampliação da sociedade civil. Isso se dá através de uma adesão, cada vez maior, às instituições da sociedade civil, intitulada "aparelhos privados de hegemonia", em detrimento dos aparelhos estatais, que impõem suas decisões de maneira coercitiva, de cima para baixo. É, na verdade, a absorção da sociedade política (coerção) pela sociedade civil (consenso).

Segundo Gramsci (1991): “[...] o elemento Estado-coerção pode ser imaginado em processo de desaparecimento à medida que se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou Estado-ético, ou sociedade civil)” (GRAMSCI, 1991, p. 149).

Nessa perspectiva, a sociedade regulada pode ser percebida como o fim da alienação dos homens em relação a suas potencialidades e possibilidades. “Com a superação da alienação, abre-se a possibilidade de que os homens construam autonomamente a sua própria história e controlem coletivamente as suas relações sociais, o que para Marx significa o fim da "pré-história”” (GRAMSCI, 1991, p. 149).

Para o autor, a sociedade regulada representa o “início de uma era de liberdade orgânica” (GRAMSCI, 2000a, p. 245), estando, para ele, desvinculada da concepção liberal de liberdade, sendo, na verdade, uma liberdade democrática, que se legitima na construção autônoma e coletiva das normas e regras que regem o espaço público da vida social.

Essa sociedade regulada é vista como uma construção progressiva na qual, por meio dos processos de luta, o consenso ganha espaço em detrimento da coerção, levando a uma sociedade em que os homens possam de modo consensual, regular suas interações sociais. Tem-se claro que a plenitude da sociedade regulada só se consolidará com a superação de uma sociedade dividida em classes antagônicas. No entanto como a sua estratégia revolucionária é a guerra de posições, a qual é progressiva, pode-se afirmar que o alargamento das esferas consensuais já tem possibilidade de ir ocupando seus espaços, caminhando, assim, para a construção de uma nova hegemonia.

Para que se consiga alcançar uma nova hegemonia, é imprescindível que o proletariado abandone a mentalidade corporativista, que deixe de defender apenas seus interesses imediatos, reconhecendo-se como classe nacional que assume, como suas, as reivindicações das camadas trabalhadoras. Faz-se necessário, por essa razão, compreender o papel da hegemonia em definir as características específicas de uma condição histórica, tornando-se protagonista das reivindicações e soluções de outros ensaios sociais, ao unir em torno de si, esses estratos, por meio de uma aliança na luta contra o capitalismo.

A partir do exposto, isto é, da visão ampliada da organização da realidade, ratifica-se a necessidade percebida por Gramsci de colocar em xeque a eficiência da “guerra de movimento”, se, em contextos anteriores, foi adequada, na realidade em questão não é capaz de cumprir seu papel. Gramsci define como estratégia a “guerra de posições”. Tem-se claro, então, que, na perspectiva gramsciana, a revolução do proletariado está para além do embate na dimensão da produção material, sendo necessário o embate no campo ideológico e cultural. Por conseqüência, a revolução do proletariado passa obrigatoriamente pela exigência de “[...] elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção [...]” (GRAMSCI, 1980, p. 382).

A dimensão ético-política da educação

A revolução do proletariado por meio da “guerra de posições” requer do homem uma postura crítica e criativa frente ao mundo do qual faz parte, sendo capaz de perceber-se como sujeito ativo capacitado a escolhas e decisões.

A elaboração desse novo “tipo humano” defendido por Gramsci tem como condição indispensável uma relação dialética entre práticas sociais e conhecimento, haja vista que, em sua percepção entre conhecimento e política, existe uma relação determinante para a consolidação da hegemonia. Nesta abordagem, escola passa a ser elemento central na constituição das relações de poder, desempenhando papel de destaque na estratégia contra-hegemônica gramsciana, posto que, por meio do conhecimento torna-se possível compreender qual é a concepção de mundo que sustenta a vida dos diferentes grupos sociais e como essa concepção é elaborada e difundida, tornando-se uma concepção hegemônica. O papel político da educação é condição prévia para a efetivação de seu compromisso maior: elaborar ações que promovam o

rompimento dessa visão de mundo fragmentada e acrítica das classes subalternas, objetivando a construção de uma reforma intelectual e moral de modo a tornar a classe subalterna uma “classe para si”.

Na concepção de Gramsci, a escola é uma arena ideológica e o conhecimento passa a ser arma fundamental para garantir o êxito da contra-hegemonia, porém para que isso se efetive, faz-se necessário perceber as dimensões: científica, política e pedagógica que tem de assumir o conhecimento, isto é, o conhecimento deve alavancar novas ações que venham a contribuir para modificar o amoldamento das relações sociais do bloco histórico vigente. Pode-se dizer, então, que a epistemologia estabelece uma relação de unidade dialética com a política, o que permite compreender a indissociável relação entre conhecimento e realidade concreta. O conhecimento necessita ser construído a partir da realidade e, sobretudo com o propósito de nela efetivar modificações que venham a qualificar as classes subalternas.

Tal proposição de Gramsci (1995) pode ser explicitamente percebida quando o autor afirma que, para se criar uma nova cultura não basta descobertas individuais, mas é indispensável socializar, de maneira crítica, as verdades já descobertas, criticamente transformando-as “[...] em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1995, p. 13-14). Propiciar a construção de um pensar coerente e crítico “[...] é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta por parte de “um gênio filosófico”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 1995, p. 13-14).

Diante do exposto, é notório o caráter decisivo que as diferentes visões de mundo assumem frente às proposições dos indivíduos e, conseqüentemente, às ações destes em sua vida cotidiana, sendo, assim, um fator determinante dos contornos da constituição econômica e social. Partindo desta premissa, Gramsci ressalta a importância que o senso comum e a filosofia desempenham, enquanto concepções de mundo, em sua estratégia de transformação social. A relação dialética que se estabelece entre tais concepções acaba por modular e sedimentar os modelos civilizatórios. Isso porque, a despeito do entendimento da existência de uma multiplicidade de visões de mundo, acontece a formação de grupos que, pela similaridade de suas visões, pensam e agem a partir das mesmas premissas, estabelecendo nesse grupo um senso comum que faz consolidar uma unidade ideológica. Logo, na perspectiva gramsciana, o senso comum adquire uma conotação mais complexa que a habitualmente utilizada,

vinculando-se diretamente à teoria do conhecimento. O senso comum passa a assumir um papel ético-político, tendo em vista que garante uma padronização no modo de pensar e agir dos grupos sociais. Tal padronização proporciona um modo passivo de ser e estar no mundo, conduzindo suas ações a partir de concepções que lhe foram forjadas pelo ambiente exterior, assumindo, como suas, as concepções que lhes foram impostas. Tal engendramento resulta na naturalização das condições produzidas pelas determinações inerentes ao modelo civilizatório, no qual a condição de submissão e expropriação encontra-se presente.

Torna-se importante ressaltar que a estratégia de superação do senso comum não busca negar a concepção de mundo existente, e sim analisá-la, criticá-la, retirando o que há de coerente, transformando-a em uma concepção mais homogênea. Trata-se de trabalhar o bom senso – núcleo sadio do senso comum –, procurando desenvolvê-lo e transformá-lo em consciência de classe, construindo, então, uma visão de mundo que seja elaborada a partir de seus interesses. “Tornam-se evidentes, assim, as razões que fazem impossível a separação entre a chamada filosofia "científica" e a filosofia "vulgar" e popular, que é apenas um conjunto desagregado de idéias e de opiniões” (Gramsci, p. 1995: 16).

Esse autor registra que o núcleo de bom senso, que existe no interior do senso comum, deve ser trabalhado para levar a consciência a uma maior coerência e homogeneidade, e isso se dá através da filosofia da práxis. A filosofia da práxis é vista como uma teoria da organização e da ação política, a qual se apresenta, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo intelectual existente) (GRAMSCI, p.1995: 18). Neste sentido, o autor não concebe manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum. Ao contrário, tem como objetivo conduzi-los a uma concepção de vida superior. Para tal, acredita ser necessária a realização de um contrato entre os intelectuais e os “simplórios”, a fim de dar vida a um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível o progresso intelectual de massa.

Por meio da filosofia da práxis, as classes subalternas realizam um processo de tomada de consciência, chegando a uma elaboração superior da própria consciência do real. Essa autoconsciência é ponto fundamental para o processo de transformação social, visto que o homem ativo, de massa, atua de forma prática, porém não tem consciência teórica de sua ação, podendo, inclusive, sua consciência estar historicamente em contradição com seu agir:

É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção “verbal” não é inconseqüente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, inclusive, atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política (Gramsci, 1995, p. 20-21).

A consciência de fazer parte de uma ou outra força hegemônica é o ponto de partida para a autoconsciência, na qual teoria e prática se unem, a fim de alcançar uma concepção de mundo coerente e unitária. Porém, é relevante ressaltar que a construção dessa concepção de mundo não é um movimento espontâneo. Isso porque a dinâmica que envolve sua sedimentação é cuidadosamente arranjada pelo bloco hegemônico, a fim de boicotar possíveis tentativas de superação. Para tanto, os intelectuais organicamente vinculados à classe subalterna desempenham papel fundamental. Eles devem proporcionar condições para que o proletariado possa construir seus valores, desejos e comportamentos a partir da sua realidade concreta, tanto econômica quanto social, tendo presentes as suas necessidades e interesses. Aos intelectuais cabe a tarefa de levar às classes subalternas a filosofia da práxis, através de uma reflexão que obrigatoriamente se dá no núcleo de bom senso, a partir da prática cotidiana das massas e de sua experiência na luta política, isto é, o desenvolvimento da autoconsciência, visto que:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se "distingue" e não se torna independente "por si", sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas "especializadas" na elaboração conceitual e filosófica (Gramsci, 1995, p. 21).

Sendo assim, os intelectuais difundem a concepção de mundo revolucionária entre as classes subalternas, trabalhando para elevar a consciência dispersa e fragmentária das massas sob os dirigentes e organizadores das classes subalternas, a fim de que esses alcancem a hegemonia do proletariado.

Segundo Gramsci,

[...] o intelectual tem por função homogeneizar a concepção do mundo da classe à qual está organicamente ligado, isto é, positivamente, de fazer corresponder esta concepção à função objetiva desta classe numa

situação historicamente determinada ou, negativamente, de a tornar autônoma, expulsando desta concepção tudo o que lhe é estranho. O intelectual não é, pois, o reflexo da classe social: ele desempenha um papel positivo para tornar mais homogênea a concepção naturalmente heteróclita desta classe" (Piotte apud Mochcovitch, 1992, p. 18).

O papel dos intelectuais está alicerçado em um trabalho epistemológico, no qual se torna necessário ter, no conhecimento, um aliado que permita ao indivíduo ter uma percepção de si a partir do papel que realmente desempenha como membro de uma determinada classe. Assim será capaz de construir criticamente uma concepção de mundo que seja coerente com suas necessidades e interesses, ao invés de captar para si uma visão de outrem que lhe aprisiona em um mundo de ilusões.

Nessa estratégia contra-hegemônica, o conhecimento assume papel ético-político a educação torna-se de vital importância, pois é espaço onde podem ser desenvolvidas novas percepções de mundo capazes de possibilitar a construção de um novo modelo civilizatório. No entanto, é oportuno frisar que não se trata de qualquer projeto de educação. A educação pode ter seu papel ético-político comprometido com a manutenção de um determinado bloco histórico, como pode, também, estar a serviço da transformação social, destaca-se assim a não neutralidade da educação.

Considerações finais

O panorama do mundo contemporâneo, marcado pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pela crise ambiental, ganha dimensões mundialmente dramáticas, uma vez que a distribuição de renda e riqueza apresenta índices de discrepância alarmantes, explicitando a perversidade do sistema capitalista. A urgência de novos rumos torna premente a intensificação de teorizações, o que requer do homem uma postura crítica e criativa frente ao mundo do qual faz parte, sendo capaz de perceber-se como sujeito ativo capacitado a escolhas e decisões. Neste contexto acredita-se que a educação na perspectiva proposta por Gramsci possa contribuir de forma significativa visto que busca a superação de uma educação enciclopédica e verbalista que objetiva a adaptação do homem ao bloco histórico em vigor. Defende uma educação que tenha como intenção a formação de sujeitos sociais emancipados, isto é, autores de sua própria história, para tanto busca fazer da educação espaço de conexão entre o conhecimento e o mundo real onde as relações sociedade-natureza se

fazem presentes em questões concretas e urgentes, instigando a leitura crítica do mundo capaz de problematizar e agir tendo como balizador de uma postura ético-política. Dentro desta concepção a educação tem como foco o sujeito - ser individual e social historicamente situado, o que leva a compreensão de que as mudanças sociais não se efetivam pela soma de ações individualizadas, mas sim por sujeitos coletivos e engajados.

A epistemologia gramsciana é fundamentalmente propositiva. Não se limita a compreensão e formulação de conceitos que explicitem quem é o homem, como a sociedade se estrutura, qual o papel desempenhado pela natureza no contexto sócio-econômico. Tem como intencionalidade propor possibilidades de transformações para o homem, para a sociedade e para a forma como a natureza é percebida no contexto sócio-econômico, buscando o romper com a passividade que envolve as classes subalternas.

Referências

COUTINHO, C. N. **Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 2000a.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MACCIOCCHI, Maria Antonietta. **A Favor de Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuebach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOCHCOVITCH, L. G. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1992.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.